

Cadernos **IHU***ideias*



JESUÍTAS BRASIL

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
Ano 15 • n° 264 • vol. 15 • 2017

Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS)

Stela Nazareth Meneghel

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Saúde e Igualdade:
a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS)

*Health and Equality:
The relevance of the Unified Health System (SUS)*

Resumo

Este texto foi elaborado a partir de leituras de autores que foram protagonistas e líderes do movimento da Reforma Sanitária brasileira e de reflexões encetadas por ocasião da palestra “Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS)”, realizada no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, em abril de 2017. Divide-se, para fins didáticos, em cinco partes: antecedentes do SUS, a Reforma Sanitária e o Sistema Único de Saúde, a Atenção Básica e o Programa Mais Médicos, os boicotes e os avanços. Pauta-se na experiência e vivências da autora como sanitarista, cidadã e militante do SUS.

Palavras-chave: Saúde; Igualdade; Sistema Único de Saúde (SUS); Reforma Sanitária; Brasil.

Abstract

This text was drafted on the basis of reading of authors who were protagonists and leaders of the movement for Sanitary Reform in Brazil and the reflections made on the occasion of the talk on “Health and equality: The relevance of the Unified Health System (SUS)” held at Instituto Humanitas Unisinos - IHU in April 2017. For didactic purposes, it is divided in five parts: The background of SUS, Sanitary Reform and the Unified Health System, Basic Care and the More Doctors Program, boycotts and advances. It draws on the author’s experience as a public health physician, citizen and SUS activist.

Keywords: Health; Equality; Unified Health System (SUS); Sanitary Reform; Brazil.

Cadernos **IHU***ideias*

Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS)

Stela Nazareth Meneghel

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFGRS

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 15 • nº 264 • vol. 15 • 2017

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XV – Nº 264 – V. 15 – 2017

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Jéferson Ferreira Rodrigues; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Fagion; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Jéferson Ferreira Rodrigues

Imagem da capa: Adrian Berg (Flickr)

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração: Gustavo Guedes Weber

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003). – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003. – v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

SAÚDE E IGUALDADE: A RELEVÂNCIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Stela Nazareth Meneghel

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Os antecedentes do SUS

No Brasil colonial, os recursos para cuidar da saúde das pessoas eram escassos; os poucos médicos eram formados em Portugal e a maioria da população não tinha acesso a eles. Em termos de Estado, havia uma Junta de Higiene e Saúde Pública com o objetivo de controlar as epidemias. No início do século XX, é criado um Departamento Nacional de Saúde Pública que seguiu se ocupando das “doenças pestilenciais”, e, apenas em 1954, é criado o Ministério da Educação e da Saúde.

Nos anos sessenta, o Brasil era predominantemente rural e as doenças infecciosas e parasitárias constituíam os principais problemas de saúde pública. Nesse momento, a corrente denominada sanitário-desenvolvimentista indicava a relação entre pobreza e doença e apontava o nacionalismo-desenvolvimentista como o caminho para superar os problemas sociais e promover a melhoria da saúde da população (Lima, 2005).

O golpe militar de 1964 exacerbou as relações assimétricas de poder do Estado em relação à sociedade, incluindo o setor saúde. Em um primeiro momento, ocorreu a repressão contra os opositores, o silenciamento das contestações, a suspensão do Estado de Direito e de órgãos de representatividade para, em seguida, instaurar-se uma democracia representativa de fachada. A ditadura assegurou os interesses das elites que produziram queda do poder aquisitivo dos assalariados, aumento da concentração de renda e ampliação das desigualdades socioeconômicas. Em meados da década de 1970, em um cenário de crise política e econômica do governo militar, o setor saúde consolidou uma atenção diferenciada em três níveis: medicina privada para os ricos; planos de saúde para

as classes médias e operariado especializado; e serviços públicos para os pagantes da previdência (Faleiros, 1986).

A medicina comunitária se materializava em programas de extensão da cobertura de ações básicas, direcionados para a população excluída do sistema previdenciário. Algumas destas propostas incorporavam as teses da descentralização, hierarquização e regionalização dos serviços de saúde, embora na prática se limitassem à atenção seletiva para pobres de regiões pobres. Em uma conjuntura recessiva e de crise de legitimidade política do regime, emergem novos atores sociais reivindicando espaços no interior do Estado, possibilitando que lideranças do movimento sanitário ocupassem a alta burocracia estatal na área da Saúde e da Previdência Social, gerando ações e políticas de caráter inovador (Escorel, 1998).

Já no I Simpósio sobre Política Nacional de Saúde da Câmara dos Deputados ocorrido em 1979, a necessidade de democratização da sociedade surgiu como estratégia para superar a crise do sistema de saúde do país. É a primeira vez que se apresenta, de forma pública, ampla e consensual, a proposta do Sistema Único de Saúde (Rodrigues Neto, 1997).

A década de 1980 inicia com a luta pela redemocratização do país. A 7ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) propôs reformular a política de saúde e lançou o Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde (Prev-Saúde), objetivando ampliação de cobertura de assistência à saúde para oferecer cuidados primários de proteção, promoção e recuperação da saúde, e, seguindo os princípios de Alma-Ata, as palavras de ordem eram “saúde para todos no ano 2000” (Brasil, 1980). Propunha-se também a hierarquização do atendimento segundo a complexidade, a integração dos serviços e a regionalização do atendimento, embora não se mencionasse a rede hospitalar privada.

O Movimento da Reforma Sanitária, inspirado na Reforma Italiana, foi se capilarizando na sociedade e o SUS começou a ser pensado como uma política de Estado. A luta contra o regime militar aglutinou sanitaristas, intelectuais, lideranças políticas, religiosas e sindicais que elegeram como uma das principais demandas da população brasileira a Reforma Sanitária (Teixeira, 1989; Giovanella, 2008).

A 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, com o tema “saúde é democracia”, trouxe à discussão três aspectos que se tornaram emblemáticos para o modelo sanitário brasileiro: o conceito ampliado de saúde, compreendido não apenas como ausência de doença, mas nos seus determinantes socioeconômicos e culturais, a saúde como direito de

cidadania e dever do Estado e a instituição do Sistema Único de Saúde (Brasil, 1986).

A Reforma Sanitária e o Sistema Único de Saúde

O Sistema Único de Saúde (SUS) resultou da reordenação do sistema de saúde brasileiro a partir da discussão entre concepções distintas de saúde-doença e entre os diferentes modelos de atenção: o projeto liberal privatista e a concepção universalizante de saúde como direito pautada na ideia de Seguridade Social. A expressão Sistema Único de Saúde refere-se ao formato e aos processos jurídico-institucionais e administrativos compatíveis com a universalização do direito à saúde e à rede de instituições encarregadas da atenção à saúde (Bahia, 2009).

O SUS tem como suportes doutrinários o direito universal e dever do Estado (artigo 196 da Constituição Brasileira de 1988); a equidade e a integralidade das ações de saúde; a descentralização, com direção única em cada esfera de poder e a participação da sociedade (artigo 198). Em termos operacionais, trata-se de um sistema unificado, regionalizado, com financiamento compartilhado e áreas de competências e abrangência firmadas (Brasil, 1990).

Universalidade é a garantia de atenção à saúde por parte do sistema, a todo e qualquer cidadão. A universalidade organiza e dá sentido aos demais princípios e diretrizes do SUS na garantia do direito à saúde de forma integral, equânime, descentralizada e com participação popular (Matta, 2007).

Equidade é a garantia de assegurar ações e serviços em todos os níveis de acordo com a complexidade que cada caso requeira. Todo cidadão é igual perante o SUS e será atendido conforme suas necessidades até o limite do que o sistema puder oferecer para todos.

Integralidade é concebida como um conjunto articulado de ações e serviços de saúde, preventivos e curativos, individuais e coletivos, nos níveis de complexidade do sistema (Pinheiro, 2009).

Para Carmen Teixeira (2005, 2011), o debate em torno do processo de universalização do SUS pode ser visto como a contraposição entre a perspectiva social-democrata e a neoliberal. A posição universalista luta pela garantia do acesso a qualquer das ações e serviços produzidos pelo SUS, enquanto no polo oposto a proposta é a de um “pacote básico”. Em relação à equidade, há divergência entre os que propugnam políticas equitativas e os que as consideram “clientelismo”, como resposta a pressões de movimentos sociais. O debate em torno da Integralidade está ligado à reorganização das práticas, dos serviços e do próprio sistema de

saúde, que vão desde a visão micropolítica do cuidado em saúde até a dimensão organizacional.

Quanto aos princípios organizativos (Brasil, 1990; Matta, 2007), a regionalização e hierarquização implicam que os serviços operem em níveis de complexidade tecnológica, dispostos em área geográfica delimitada e com definição da população a ser atendida. A descentralização é entendida como uma redistribuição das responsabilidades quanto às ações e serviços de saúde entre os vários níveis de governo, a partir da ideia de que quanto mais perto do fato a decisão for tomada, maior o impacto e a possibilidade de êxito. E a participação dos cidadãos representa a garantia constitucional de que a população, através de suas entidades representativas, participará do processo de formulação das políticas de saúde e do controle da sua execução.

A proposta constitucional foi regulamentada através de duas leis: a 8.080 e a 8.142. A Lei 8.080/90 contém dispositivos relacionados com o direito universal, relevância pública, unicidade, descentralização e financiamento, enfatizando a definição das atribuições de cada esfera de governo dentro do novo sistema. A Lei 8.142/90 dispõe sobre as instâncias colegiadas do SUS – o conselho e a conferência de saúde – e transferências intergovernamentais de recursos. Ao longo do tempo, a legislação ordinária foi complementada pelas normas operacionais básicas (NOBs) que determinaram as regras para o repasse dos recursos federais às esferas subnacionais.

Em relação às Normas Operacionais Básicas (NOBs), a NOB 1991 tratou o processo de municipalização, incluindo a criação do Fundo Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Saúde, Plano Municipal de Saúde, contrapartida de recursos e Comissão para elaboração de Plano de Carreira, Cargos e Salários. A NOB 1993 estabeleceu a habilitação dos municípios para a gestão (incipiente, semiplena, plena) e a transferência de recursos regular e automática (fundo a fundo), além das Comissões Intergestoras Bipartite (estadual) e Tripartite (nacional). A NOB 1996 definiu o financiamento da Atenção Primária no Brasil, por meio do Piso Assistencial Básico (PAB), valor per capita equivalente ao número de habitantes por municípios e o incentivo aos Programas de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde, vinculando novos recursos à adesão do município a esses dois programas (PAB fixo e PAB variável).

Após a publicação das Leis Orgânicas, em 1991 e 1994, respectivamente, o Ministério da Saúde lançou dois programas voltados para a

Atenção Primária em Saúde: o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e o Programa de Saúde da Família (PSF).

A Atenção Básica e o Programa Mais Médicos



O acesso universal, equitativo e integral a serviços de saúde eficientes e de qualidade é um desafio às políticas públicas. No Brasil, a Atenção Primária à Saúde como estratégia de organização da atenção em saúde (Starfield, 1992, 2002) incorporou os princípios da Reforma Sanitária, e o SUS adotou a designação de Atenção Básica à Saúde (ABS) para enfatizar a reorientação do modelo assistencial, a partir de um sistema universal e integrado de atenção à saúde. Assim, a concepção da ABS desenvolveu-se a partir dos princípios do SUS: universalidade, equidade, integralidade, descentralização e participação popular (Teixeira, 1989).

A estratégia adotada para configuração da ABS no Brasil foi a Saúde da Família, cuja cobertura populacional aumentou paulatinamente nos últimos vinte anos. A Saúde da Família aprofunda os processos de territorialização e responsabilidade sanitária das equipes de saúde, compostas basicamente por médico generalista, enfermeiro, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde, cujo trabalho é referência de cuidados para a população adstrita, com um número definido de domicílios e famílias assistidos por equipe.

No Brasil, o número de equipes de ESF passou de 3.062 em 1998 para 26.364 em 2006, representando um aumento de 861%. A razão habitantes por ESF reduziu de 52.838 para 7.084 pessoas atendidas por ESF no período. As 26 Unidades da Federação brasileira apresentaram aumento no número de equipes e na cobertura populacional de ESF (Ceccon; Meneghel; Viecili, 2014) e, em 2016, a cobertura populacional de equipes de saúde da família e de agentes comunitários atingiu, respectivamente, 64% e 67% (<http://analisepoliticaemsaude.org/oaps/noticias/?id=58f51333a319ff1adc256e5205e4e372&pg=1>).

Porém, a estratégia para a Atenção Primária no SUS não foi realizada do modo planejado, tendo ocorrido de acordo com a adesão de municípios interessados. A Norma Operacional Básica (NOB) de 1996 instituiu a primeira regra de financiamento da Atenção Primária no Brasil, criando o Piso Assistencial Básico (PAB), transferido do Governo Federal aos municípios; mesmo assim, o custeio da Estratégia de Saúde da Família sempre esteve alicerçado no município (Campos; Pereira Junior, 2016).

As Políticas Nacionais de Atenção Básica (PNAB) foram elaboradas em 2006 e 2011, ambas valorizando a Atenção Primária. A PNAB de 2006 alterou o conceito de programa para o de estratégia e a de 2011 reforçou a incorporação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), ampliando o espectro de profissionais que atuam na Atenção Primária com objetivo de ampliar as possibilidades de intervenção sobre os determinantes sociais e subjetivos do processo de saúde e aumentando a capacidade de resolver problemas de saúde da população (Campos; Pereira Junior, 2016).

Os desafios persistem e há necessidade de melhorar o acesso aos níveis de média complexidade do sistema, de forma a garantir a integralidade das ações, a atenção às necessidades de saúde da população e a superação das iniquidades entre territórios e grupos populacionais (Matta; Morosini, 2011). No Brasil, ainda há regiões e mesmo municípios que no início do século XXI permaneciam sem assistência médica. Os profissionais de saúde estão concentrados em centros urbanos, litoral e em regiões mais ricas, limitando a possibilidade das demais de prover e fixar profissionais na atenção básica (Moraes, 2014).

Vários movimentos emergiram diante dos problemas enfrentados pela falta de médicos na rede pública de saúde, a exemplo da Frente Nacional de Prefeitos, que em março de 2013 lançou a campanha “Cadê o médico?”. Em 2012, o Brasil possuía 359.691 médicos, com uma proporção de 1,8 médicos para cada mil habitantes, proporção menor do que em outros países latino-americanos com perfil socioeconômico seme-

lhante ou que possuem sistemas universais de saúde (Moraes et al., 2014).

O Programa Mais Médicos (PMM) foi criado no Brasil em 2013, como parte de medidas para combater as desigualdades de acesso à Atenção Básica e com o provimento emergencial de médicos em áreas vulneráveis. Propõe fortalecer a prestação de serviços na atenção básica; aprimorar a formação médica e proporcionar maior experiência no campo de prática; ampliar a inserção do médico em formação nas unidades de atendimento do SUS; fortalecer a política de educação permanente com a integração ensino-serviço; promover a troca de conhecimentos e experiências entre profissionais da saúde brasileiros e estrangeiros; aperfeiçoar médicos nas políticas públicas de saúde do país e na organização e funcionamento do SUS; e estimular a realização de pesquisas aplicadas no SUS (Brasil, 2015).

Além do mais, o programa prevê investimentos em infraestrutura e ampliação de vagas e reformas educacionais dos cursos de graduação em medicina e residências médicas no país. Ainda, foram autorizadas 4.460 novas vagas de graduação, em instituições públicas e privadas, além da seleção de 39 municípios para criação de novos cursos, considerando a necessidade da população e priorizando-se regiões com escassez de profissionais, como o Nordeste, o Norte e cidades do interior do país. Em 2013, 14.462 novos médicos passaram a atender a população de 3.785 municípios, o equivalente a 68% dos municípios do país e os 34 Distritos Sanitários Indígenas, beneficiando 50 milhões de brasileiros (Brasil, 2015), correspondendo a 85% dos profissionais que atuam em áreas prioritárias (Molina et al., 2016).

O debate sobre formação e provimento na saúde valoriza o encontro entre humanos, mediado pela linguagem face a face, que é ferramenta eficaz e econômica para efetivar a humanização da saúde. Valoriza também o compromisso com a integralidade e a equidade; desencadeia ressignificações, reconstrução do conhecimento e produção de novos saberes (Cyrino et. al, 2014). O PMM está aberto a discussões, críticas, sugestões, reformulações, com a clareza de que aborda uma prática social extremamente complexa, em que se aprende a cada dia com os novos modelos trazidos pelos profissionais de outros países, culturas e sistemas de saúde.

Os boicotes e...

Os momentos de ruptura com o projeto democrático da saúde iniciaram já na década de 1990, com o governo Collor, não comprometido com

a Reforma Sanitária e interessado em reduzir gastos na área social. Nesse período houve crescimento de subsídios públicos federais ao mercado de planos e seguros privados de saúde: renúncia fiscal estendida ao mercado de fármacos, cofinanciamento público de planos privados de saúde aos servidores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e ressarcimento (obrigado em Lei pelas empresas de planos privados ao SUS), apenas simbólico, pelos serviços públicos de saúde prestados aos seus consumidores (Santos, 2012, 2014).

O governo Itamar Franco foi marcado por iniciativas de descentralização e financiamento das ações do SUS, mas também pela primazia da área econômica sobre a social. O governo FHC realizou explicitamente a implantação do projeto neoliberal nas políticas de saúde, privilegiando a ação de grupos contrários ao SUS e adaptando o já sucateado setor saúde aos ditames da equipe econômica (Rodrigues Neto, 1997).

No governo FHC, a contrarreforma do Estado na área da saúde aconteceu por meio da chamada publicização do Estado, através da entrada das Organizações Públicas Não Estatais (OPNES) ou Organizações Sociais (OS), sociedades de direito privado, sem fins lucrativos, para realizar serviços através de subvenções do Estado. As questões públicas de responsabilidade do Estado foram transferidas maciçamente para o setor privado, ocorrendo uma verdadeira privatização de serviços sociais e de fundos públicos em uma perspectiva desuniversalizante, contributivista e não constitutiva de direito das políticas sociais (Montaño, 2002).

O subfinanciamento federal do SUS, que iniciou nos anos 1990, limitou: a) o desenvolvimento da infraestrutura pública para realizar a inclusão social, propiciando a expansão do setor privado que, de complementar, passou a substitutivo da responsabilidade pública, perfazendo 65% das hospitalizações e 90% dos serviços diagnósticos e terapêuticos do SUS; b) o quadro de servidores constituiu menos de 40% do total, havendo 60% de terceirizados alocados por entes privados; e c) a atenção básica manteve-se focal e compensatória sem reorientar o modelo de atenção à saúde (Santos, 2014).

O modelo neoliberal veiculado pelo Banco Mundial e pelo FMI atua de forma a desestruturar e romper com as políticas sociais de caráter democratizante, ferindo a soberania dos países periféricos. Para os serviços de saúde brasileiros isso significou redução do gasto público, sob a justificativa do déficit fiscal; imposição de reforma institucional, descentralizando poderes e com eles os orçamentos envolvidos, bem como a separação das funções de regulador e executor do Estado; restrição e discriminação do acesso; defesa da participação da rede privada na prestação

dos serviços, propondo a transferência da gestão dos serviços de saúde a terceiros (Bortolini, 2010).

O investimento do Brasil na saúde da população é três vezes menor que o de países como Argentina, Uruguai e Chile e sete vezes menor que o de Portugal. Para o ex-ministro da saúde Alexandre Padilha (2016): “nós tivemos a ousadia de criar o SUS, mas não tivemos a ousadia de organizar um sistema de financiamento deste Estado de Bem-Estar Social semelhante ao dos países europeus nos quais nos inspiramos”. E segue: “O SUS vai acabar. Se esse golpe se confirmar e sua agenda for implementada, viveremos o pior período de retirada de direitos da maioria da população brasileira”.

A discussão sobre o subfinanciamento da saúde brasileira continua viva no Brasil, e torna-se premente frente ao retrocesso que significa o congelamento dos recursos proposto pelo governo ilegítimo através da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, medida que mostra desconhecimento e desrespeito com a regra constitucional que define o direito à saúde.

... os avanços



Desde sua origem, a Atenção Primária no Brasil adotou perspectiva ampliada do processo de saúde e cuidado e recomendou a abordagem baseada na integralidade, mediante ações possíveis e necessárias, além

de promover a equidade, com o objetivo de diminuir as vulnerabilidades resultantes dos determinantes sociais da saúde, incluindo classe, gênero e raça (Campos; Pereira Junior, 2016).

Nestas mais de duas décadas de SUS, os avanços a favor das necessidades e direitos da população foram inegáveis, constituindo um acúmulo de realizações e melhoria de indicadores de saúde. Pode-se citar a Estratégia de Saúde da Família que, mesmo com limitações, atende atualmente quase 70% da população, as equipes de apoio matricial, os Núcleos de Apoio à Saúde da Família, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Centros Regionais de Saúde do Trabalhador (CEREST), os serviços pré-hospitalares de urgência-e-emergência (SAMU). As ações da Vigilância em Saúde são reconhecidas internacionalmente, assim como o controle da aids, os serviços de transplantes de órgãos e os hemocentros. A inclusão social foi evidente, houve melhora nos indicadores de morbimortalidade e nutrição, anualmente são ofertadas bilhões de ações ambulatoriais básicas e especializadas, centenas de milhões de exames diagnósticos e mais de 10 milhões de hospitalizações (Santos, 2014). O SUS trata 80% dos casos de câncer, atende 62% dos partos e 75% dos médicos brasileiros trabalham no sistema. Em termos de acesso, pesquisa realizada pelo IBGE (2015) mostrou que 71% da população utiliza o SUS, 48% como porta de entrada; 22% usam a farmácia popular e 83% consideram o atendimento nos hospitais SUS bom ou muito bom; enquanto 81% avaliaram o atendimento de urgência no domicílio como bom ou muito bom.

O modelo SUS de atenção à saúde foi viabilizado como política pública universalista que abrange os condicionantes socioeconômicos da saúde em uma rede de atenção básica com resolutividade de 80 a 90% das necessidades de saúde e capacitada para assegurar e ordenar o acesso à assistência especializada aos restantes 10 a 20%. Essa combinação de práticas e valores humanos gerou uma postura positiva: a “militância SUS”, assumida por centenas de milhares de trabalhadores de saúde, gestores, conselheiros de saúde e movimentos por direitos sociais e democratização de Estado. Esse modelo propiciou avanço no pacto interfederativo na área social: a intergestão por meio das comissões intergestores a nível nacional, estadual e regional, reconhecidas formalmente em 1993 e legalizadas em 2012 (Santos, 2014).

O direito à saúde tal como previsto pela Constituição de 1988 e os efeitos favoráveis da inclusão e universalização das ações de saúde conferiram ao SUS o estatuto de política de Estado e modelo exemplar de sistema de saúde na América Latina.



As fotos utilizadas neste artigo são de autoria de Araquém Alcântara, que registrou o trabalho dos médicos do PMM pelo Brasil. (<http://brasileiros.com.br/2016/02/araquem-alcantara-lanca-livro-mais-medicos-e-um-manifesto-humanista/>)

REFERÊNCIAS

- BAHIA, L. Sistema Único de Saúde. *Dicionário de Educação Profissional de Saúde*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.
- BORTOLINI, M.L. Há pedras no meio do caminho do SUS - os impactos do neoliberalismo na saúde do Brasil. *Textos & Contextos* 2010; 9(2): 321-333.
- BRASIL. 8ª Conferência Nacional de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 1986.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *ABS+C do SUS*. Brasília: Ministério da Saúde, 1990.
- BRASIL. Relatório da 7ª Conferência Nacional de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 1980. *Anais...*
- BRASIL. *A construção do SUS: histórias da Reforma Sanitária e do Processo Participativo*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. *Programa mais médicos dois anos: mais saúde para os brasileiros*. Brasília: MS; 2015.
- CAMPOS, G.W.; PEREIRA JUNIOR, N. A Atenção Primária e o Programa Mais Médicos do Sistema Único de Saúde: conquistas e limites. *Ciênc. saúde coletiva* 2016; 21 (9):2655-2663.
- CECCON, R.F.; MENEGHEL, S.N.; VIECILI, P.R.N. Internações por condições sensíveis à atenção primária e ampliação da Saúde da Família no Brasil: um estudo ecológico. *Rev. bras. Epidemiol* 2014; 17(4): 968-977.
- CYRINO, E.G. et al. O Programa Mais Médicos e a formação no e para o SUS: por que a mudança?. *Rev. Esc. Anna Nery*, Rio de Janeiro 2015; 19(1): 5-6.
- SCOREL, S. *Reviravolta na Saúde: origem e articulação do movimento sanitário*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.
- FALEIROS, V.P. Estado e massas na atual conjuntura. *Sociedade e Estado. Revista do Depto de Sociologia da UnB* 1986; 1(1): 25-37.
- GIOVANELLA, L. e cols (orgs). *Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBES-FIOCRUZ, 2008.
- IBGE. *Pesquisa nacional de saúde: 2013: acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violências: Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- LIMA, N.T.; GERSCHMAN, S.; EDLER, F.C. (Orgs.). *Saúde e Democracia: história e perspectivas do SUS*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- NETO, M.V.F.; SILVA, P.F.; ROSA, L.C.S.R.; CUNHA, C.L.F.; SANTOS, R.V.S.G. *O processo histórico de construção do Sistema Único de Saúde brasileiro e as novas perspectivas*. ÂmbitoJurídico.com.br Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=7781&n_link=revista_artigos_leitura>.
- MATTA, G.C. Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde. In: Matta G.C., Pontes A.L.M. (orgs.). *Políticas de Saúde: Organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.
- MATTA, G.C.; MOROSINI, M.V.G. Atenção Primária à Saúde. Em: *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009.

MOLINA, J.; TASCA, R.; SUAREZ, J. Monitoramento e avaliação do Projeto de Cooperação da OPAS/OMS com o Programa Mais Médicos: reflexões a meio caminho. *Ciênc. saúde coletiva* 2016, 21(9): 2925-2933.

MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAIS, Indyara et al. Newspapers Folha de São Paulo e Correio Braziliense: what they say about the program more doctors?. *Rev. Esc. Enferm. USP* 2014; 48 (n spe 2):107-115.

PADILHA, A. *Projeto Temer vai acabar com o SUS imediatamente*. Entrevista a Isaias Dalle. 06.06.2016. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/noticias/projeto-temer-vai-acabar-com-o-sus-imediatamente-78d2/>>.

PINHEIRO, R. Integralidade. *Dicionário de Educação Profissional de Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. In: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/intsau.html>>.

RODRIGUES, NETO E. Reforma do Estado A via do parlamento. In: Saúde e democracia: a luta do CEBES/Sonia Fleury (org.). São Paulo: Lemos Editorial, 1997.p.63-92.

SANTOS, N.R. SUS: *Política Pública de Estado: seu desenvolvimento instituído e instituinte, o Direito Sanitário, a Governabilidade e a busca de saídas*. Rio de Janeiro: Cebes, 2012.

SANTOS, N.R. SUS: 25 anos profícuos de resistência e avanços possíveis. In: *25 anos de do direito universal à saúde*. Rizzoto F, Costa AM (orgs.). Rio de Janeiro: CEBES, 2014. p. 17-42.

STARFIELD, B. *Primary Care: concept, evaluation and policy*. New York: Oxford University Press, 1992.

STARFIELD, B. *Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia*. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002.

TEIXEIRA, C. *Os princípios do Sistema Único de Saúde*. Texto de apoio elaborado para subsidiar o debate nas Conferências Municipal e Estadual de Saúde. Salvador, Bahia. 2011. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/pdf/OS_PRINCIPIOS_DO_SUS.pdf>.

TEIXEIRA, C. *Equidade, cidadania, justiça e saúde*. Paper elaborado para o Curso Internacional sobre Desarrollo de Sistemas de Salud, OPS-OMS/ASDI. Nicaragua, 2005.

TEIXEIRA, S.F. (Org.). *Reforma sanitária*. São Paulo: Cortez, 1989.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañño
- N. 04 *Emani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Edison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Kirschke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giaccia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos* – UNISINOS – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *A meia luz: a emergência de uma Teologia Gay* – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Edson Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Élide Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva

- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoece: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octávio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missionária colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Biótica* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Atílio Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marínés Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana María Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valerio Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentí Delanhési
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávoro
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelman
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói* – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philla como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa

- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstróem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biotecnologia* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Doménica Hattege e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasseman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaikwá e guarani Te'ityke no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmiento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perrot Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luís do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como a lei es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariê Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Wernick Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Domelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato

- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Elul* – Jorge Barmientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelmo Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martinez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racionalismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elisa Cristine Bevan
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Iturriet Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Barlolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Filardi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo* – Moysés da Fontoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo* – Dora Lilia Marin-Díaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneidson Santos Costa
- N. 250 *A Liberdade Viglada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi
- N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades?* – Vinícius Nicastro Honosko
- N. 254 *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kokozi Kashindi
- N. 255 *Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles* – Marcelo Castañeda
- N. 256 *Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira* – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 *Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização* – Altair Sales Barbosa
- N. 258 *O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder* – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 *Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?* – Moysés Pinto Neto
- N. 260 *Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre?* – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 *Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo* – Henrique Costa
- N. 262 *As sociabilidades virtuais glocalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife* – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 *Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira* – Fabio Luis Barbosa dos Santos



Stela Nazareth Meneghel. Graduada em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, com especialização em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública, mestrado em Medicina: Ciências Médicas pela UFRGS, doutorado em Medicina: Ciências Médicas pela UFRGS e pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Autônoma de Barcelona. Atualmente é professora adjunta da UFRGS, coordenadora do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva e professora do PPG Enfermagem da mesma instituição. Pesquisadora Produtividade do CNPQ, nível 02. Participa do

Grupo de Estudos Rotas Críticas: desigualdades sociais, generificadas e racializadas/UFRGS; do EducaSaúde/UFRGS e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Violências/PUC-RS. Tem experiência na área de Saúde Coletiva em vigilância da saúde, vulnerabilidades, gênero e violências.

Algumas publicações da autora

MENEGHEL, Stela Nazareth. *História de uma indiazinha guarani-kaiová e de seu avô na luta contra a doença e a injustiça*. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2016.

_____. *Epidemiologia: exercícios indisciplinados*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2015.

_____. *Rotas críticas II: ferramentas para trabalhar com a violência de gênero*. Santa Cruz do Sul: Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul, 2009.

_____. *Rotas críticas - mulheres enfrentando às violências*. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

_____; FLEURY, E. (Orgs.). *Dicionário feminino da Infância*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2015.

_____; OSTERMAN, Ana (Orgs.). *Humanização. Gênero. Poder. Contribuição dos estudos da fala em interação para a atenção à saúde*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ Mercado de Letras, 2012.

Outras contribuições

MENEGHEL, Stela Nazareth. *Psicologia Social da Libertação*. Entrevista especial publicada por IHU On-Line, no dia 02 de dezembro de 2008. Disponível em: <https://goo.gl/hFCGzQ>. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos - IHU.

_____. *Saúde pública. Um processo em construção*. Revista IHU On-Line, n. 233. [27/08/2007]. Disponível em: <https://goo.gl/KTW2Cu>. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos - IHU.

_____. *Corpo como mercadoria. O céu de Suely*. Revista IHU On-Line, n. 225. [25/06/2007]. Disponível em: <https://goo.gl/7wjGiP>. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos - IHU.

_____. *Medicina Social – Um Instrumento para Denúncia*. Cadernos IHU Ideias, vol. 02, n. 15, 2004. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos - IHU.

_____. *Memórias de uma aberração*. Revista IHU On-Line, n. 213. [26/03/2007]. Disponível em: <https://goo.gl/NamVib>. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos - IHU.

_____; HENNINGTON, Éliada Azevedo. *Violências: O olhar da saúde coletiva*. Cadernos IHU Ideias, vol. 04, n. 51, 2006. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos - IHU.



UNISINOS